



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA - RN**  
CNPJ: 14.839.024/0001-43

# **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

## **2019**

### **CORONELPREV**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA**

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b>	<b>1</b>
<b>1 . INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. OBJETIVOS</b>	<b>5</b>
2.1. OBJETIVO GERAL	5
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
<b>3. VIGÊNCIA</b>	<b>6</b>
<b>4. DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>6</b>
<b>5. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS</b>	<b>7</b>
5.1. MODELO DE GESTÃO	7
5.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GESTÃO	7
5.2.1. CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	8
5.2.2. DIRETORIA EXECUTIVA	8
5.2.3. RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	8
<b>6. META ATUARIAL</b>	<b>9</b>
<b>7. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS</b>	<b>9</b>
7.1. CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO	10
7.1.1. CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO INTERNACIONAL	10
7.1.2. CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO NACIONAL	15
7.2. ANÁLISE SETORIAL PARA INVESTIMENTOS	18
7.2.1. PROJEÇÕES PARA RENDA FIXA	18
7.2.2. PROJEÇÕES PARA RENDA VARIÁVEL	20
<b>8. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL</b>	<b>21</b>
8.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	21
8.2. CONTROLE DE RISCOS	23
8.3. DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	24
8.3.1. METODOLOGIA DE ALOCAÇÃO	24
8.3.1.1. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÕES	24
8.3.1.1. CRITÉRIOS PARA RESGATES	26
8.3.2. ATOS ELEGÍVEIS	27
8.3.3. VEDAÇÕES	27

<b>8.3.4. PROPOSTA DE ALOCAÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>8.4. RELATÓRIOS GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>30</b>
<b>9. PATRIMÔNIO ADMINISTRÁVEL</b>	<b>31</b>
<b>10. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>33</b>

## GRÁFICOS

Gráfico 1: <i>Taxa de Crescimento trimestral anualizada do PIB dos Estados Unidos (2015-2018)</i> .....	10
Gráfico 2: <i>Taxa de Desemprego – Estados Unidos (2014-2018)</i> .....	11
Gráfico 3: <i>Taxa de Inflação Mensal – Estados Unidos (2017-2018)</i> .....	12
Gráfico 4: <i>Zonado euro – Taxa de Crescimento trimestral do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior (2015/2018)</i> .....	12
Gráfico 5: <i>Taxa de Inflação trimestral na Zona do Euro (2017-2018)</i> .....	13
Gráfico 6: <i>Zona do Euro - Taxa de desemprego (2017-2018)</i> .....	13
Gráfico 7: <i>Previsão IPCA Acumulado – Últimos 12 meses</i> .....	16
Gráfico 8: <i>Brasil: Resultado Primário dos Últimos Doze Meses</i> .....	17
Gráfico 9: <i>Brasil: Jurus Nominais – Setor Público Consolidado</i> .....	17
Gráfico 10: <i>Evolução do Patrimônio Financeiro dos Recursos Previdenciários (2012-2018)</i> .....	31

## TABELAS

Tabela 1: <i>Taxa de crescimento do PIB – Previsão: 2018-2019</i> .....	14
Tabela 2: <i>Expectativas de mercado para o IPCA e cálculo da meta atuarial - Variação % para 2018 e 2019</i> .....	18
Tabela 3: <i>Provável desempenho das Letras Financeiras do Tesouro – LFT em 2018 e 2019</i> .....	19
Tabela 4: <i>Indicadores e Volatilidade em Três Cenários Distintos</i> .....	20
Tabela 5: <i>Proposta de Alocação Estratégica para 2019</i> .....	28
Tabela 6: <i>Proposta de Alocação Estratégica para os Próximos 5 anos</i> .....	29

# 1 . INTRODUÇÃO

Os investimentos dos recursos financeiros do CORONELPREV – Instituto de Previdência do Município de Coronel João Pessoa – têm princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos. Esta Política atende ao disposto no artigo 4º da Resolução CMN nº 3922/2010, e objetiva promover segurança, rentabilidade, liquidez e transparência na aplicação dos recursos do CORONELPREV, a fim de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

A presente política de investimentos foi fundamentada na Resolução CMN nº 3.922/2010, e suas alterações posteriores, legislação que estabelece o regramento de aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, seus critérios e limites.

As diretrizes principais desta política de investimentos foram traçadas observando-se a perspectiva político-econômica nacional e internacional. Analisou-se o panorama indicado através dos dados e cenários determinados pelos meios oficiais de divulgação econômica interna e externa, dentre os quais, o Banco Central do Brasil, o Comitê de Política Monetária – COPOM, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o *Federal Reserve* (FED) e o Banco Central Europeu, entre outros.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1. OBJETIVO GERAL

Definir estratégia para alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação durante o ano de 2019, observando as respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil das obrigações do Instituto, tendo em vista a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação previstos na Resolução CMN 3922/2010 e posteriores alterações.

### 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Buscar atingir a meta atuarial definida para o ano de 2019;
- ✓ Proporcionar ao Conselho Municipal de Previdência e à Diretoria do Instituto um delineamento das diretrizes básicas, dos limites de risco, da rentabilidade mínima a ser buscada, da adequação à legislação vigente e da estratégia de alocação dos recursos;
- ✓ Garantir transparência e ética nos processos de investimentos, que deverão seguir as diretrizes estabelecidas neste documento;
- ✓ Definir critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez para aplicação dos recursos financeiros do Instituto;
- ✓ Assegurar que os gestores, conselheiros e segurados tenham claro entendimento dos objetivos e restrições nos processos de investimentos.

### 3. VIGÊNCIA

Esta política de investimento terá sua validade para todo o ano de 2019, podendo, durante sua vigência, ocorrer correções ou alterações, desde que necessárias, para adequar-se às mudanças de mercado ou à nova legislação, submetidas sempre à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Previdência.

### 4. DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A Política de Investimentos de Recursos do Instituto será publicada na página da internet do CORONELPREV, no endereço <http://www.coronelprev.com.br>. Todas as informações de caráter relevante sobre a gestão das aplicações financeiras serão disponibilizadas na página da internet do CORONELPREV

Serão disponibilizados, na periodicidade destacada, documentos e relatórios contendo as seguintes informações:

- ✓ A política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- ✓ As informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate;
- ✓ A composição da carteira de investimentos do Instituto, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- ✓ Relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do CORONELPREV e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões, depois de submetidos ao Conselho Municipal de Previdência.
- ✓ Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- ✓ As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do CORONELPREV;

## 5. GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

### 5.1. MODELO DE GESTÃO

As hipóteses previstas na legislação permitem a escolha da gestão dos recursos feita através de gestão própria, conforme o §1º, inciso I do Artigo 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Caso seja necessário, o CORONELPREV, ainda poderá contratar consultoria especializada, nos termos da Resolução CMN nº 3.922/2010, para avaliar de forma sistemática o desempenho, a exposição a risco e a adequação à Política de Investimentos dos fundos que formam a carteira de ativos da entidade, bem como avaliar novos produtos para aplicação no mercado. O Relatório fornecido pela consultoria supracitada deverá ser analisado pelo Conselho Municipal de Previdência, que emitirá parecer sobre a concordância ou a não concordância do referido relatório.

### 5.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GESTÃO

A Lei Municipal 39/2010, alterada e acrescentada pela Lei Municipal 85/2013, dispõe que o Instituto de Previdência do Município de Coronel João Pessoa tem em sua estrutura organizacional os seguintes órgãos para tomada de decisões de Investimento e fiscalização dos recursos financeiros:

- Conselho Municipal de Previdência
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal

O parágrafo segundo do Artigo 3º-A da Portaria MPS Nº 519/2011 (parágrafo incluído pela Portaria MPS Nº 170/2017), combinado com o Artigo sexto daquela Portaria, faculta ao RPPS cujos recursos não atingiram o limite de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), razão pela qual o CORONELPREV ainda não dispõe do Comitê de Investimentos.

### 5.2.1. CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

O Conselho Municipal de Previdência tem suas características, organização e atribuições definidas nos artigos 28, 29 e 30 da Lei Municipal 39/2010 (com alterações através da Lei Municipal 85/2014), sendo órgão colegiado, consultivo e deliberativo, encarregado de acompanhar e fiscalizar a administração e a política previdenciária do RPPS do Município de Coronel João Pessoa, sendo, portanto, órgão superior competente.

### 5.2.2. DIRETORIA EXECUTIVA

De acordo com o artigo 12A, da Lei Municipal 39/2010, a Diretoria Executiva do CORONELPREV é composta pelo órgão dirigente (presidência) e pelos órgãos auxiliares (Departamento Financeiro e Departamento Administrativo). A competência de cada órgão está disposta nos artigos 12B, 12D e 12E

### 5.2.3. RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Nos termos do art. 2º, parágrafo 4º, da Portaria MPS nº 519/2011, o responsável pela gestão dos recursos do RPPS deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo ou à unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, e apresentar-se formalmente designado para a função por ato da autoridade competente.

Foi nomeado como Presidente do CORONELPREV, através da Portaria do Gabinete do Prefeito Número 86/2017, em 18 de maio de 2017, o senhor Gerson Lopes Moraes, ficando o mesmo responsável pela gestão dos recursos previdenciários do Instituto.

## **6. META ATUARIAL**

Visando a garantia do equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do Instituto, a gestão da alocação dos recursos financeiros, no exercício de 2019, deverá ter sempre como objetivo atingir a taxa da meta atuarial (TMA), que é igual à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo mais seis por cento ao ano (IPCA+6).

A meta atuarial serve como direcionamento da alocação estratégica dos ativos, bem como parâmetro para realocação dos mesmos, buscando a adaptação às mudanças no mercado financeiro e na economia como um todo. Portanto, a estratégia da Política Anual de Investimentos, com base no cenário macroeconômico projetado, foi estruturada de modo a que os retornos alcancem as necessidades demonstradas pelo cálculo atuarial do Instituto.

## **7. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS – INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS**

Observando sempre as características e perfis de risco de cada fundo, bem como seu enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010, a gestão do Instituto poderá adotar critérios para avaliação e escolha dos fundos de investimento.

As características principais abrangem meta de rentabilidade e limite de exposição ao risco, acompanhamento e monitoramento de desempenho e enquadramento à Resolução vigente.

A elaboração da estratégia de investimento do Instituto será baseada na análise do cenário macroeconômico e nas expectativas do mercado para curto, médio e longo-prazo. Para execução dessa tarefa, a diretoria deverá elaborar relatórios, no mínimo, trimestrais, contendo a rentabilidade e o risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo Instituto com títulos, valores imobiliários e demais ativos alocados nos seguimentos de renda fixa e renda variável.

## 7.1. CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

Os cenários político e macroeconômico nacional e internacional impactam, positiva ou negativamente, no desempenho da carteira de investimentos, e, portanto, influenciam na rentabilidade das aplicações financeiras do Instituto. Assim, a análise de cenários é importante para a definição da estratégia de investimento dos recursos do FPS.

Tendo que se considerar os referidos cenários, o objetivo e os limites de alocação estabelecidos nesta política de investimentos foram elaborados tendo em vista as expectativas políticas e econômicas, como taxa de inflação, taxa de juros, taxa de crescimento do PIB e de câmbio, entre outras variáveis da economia doméstica e global.

### 7.1.1. CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO INTERNACIONAL

O Comitê Federal de Mercado Aberto – FOMC, continua mantendo sua política de alta de juros, com o fim de atrair investidores, saindo de um patamar de 1,5%, em janeiro de 2018, para 2,25% em setembro de 2018, conforme gráfico divulgado em <https://br.investing.com/economic-calendar/interest-rate-decision-168>. O principal objetivo do FED é alcançar a estabilidade de preços. A inflação para 2018 tem projeção de 2,4%, mantendo-se na mesma previsão para o próximo ano.

**Gráfico 1:** Taxa de Crescimento trimestral anualizada do PIB dos Estados Unidos (2015-2018)



FONTE: Dados do Departamento do Comércio dos Estados Unidos e Trading Economics

O Produto Interno Bruto (PIB) real nos EUA aumentou a uma taxa anual de 4,2% no segundo trimestre de 2018. No primeiro trimestre, o aumento real do PIB foi de 2,2%.

A taxa de desemprego nos EUA caiu para 3,7% em setembro de 2018, de 3,9% em cada um dos dois meses anteriores e abaixo das expectativas de mercado de 3,8%, conforme relatório do <https://tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>. É a menor taxa de desemprego desde dezembro de 1969. O número de desempregados diminuiu em 270.000 para 6,0 milhões. Ao longo do ano, a taxa de desemprego e o número de desempregados diminuíram 0,5 pontos percentuais e 795 mil, respectivamente. A taxa de desemprego nos Estados Unidos era em média de 5,77%, de 1948 até 2018, atingindo uma alta histórica de 10,80% em novembro de 1982 e uma baixa recorde de 2,5% em maio de 1953.

**Gráfico 2:** Taxa de Desemprego – Estados Unidos (2014-2018).

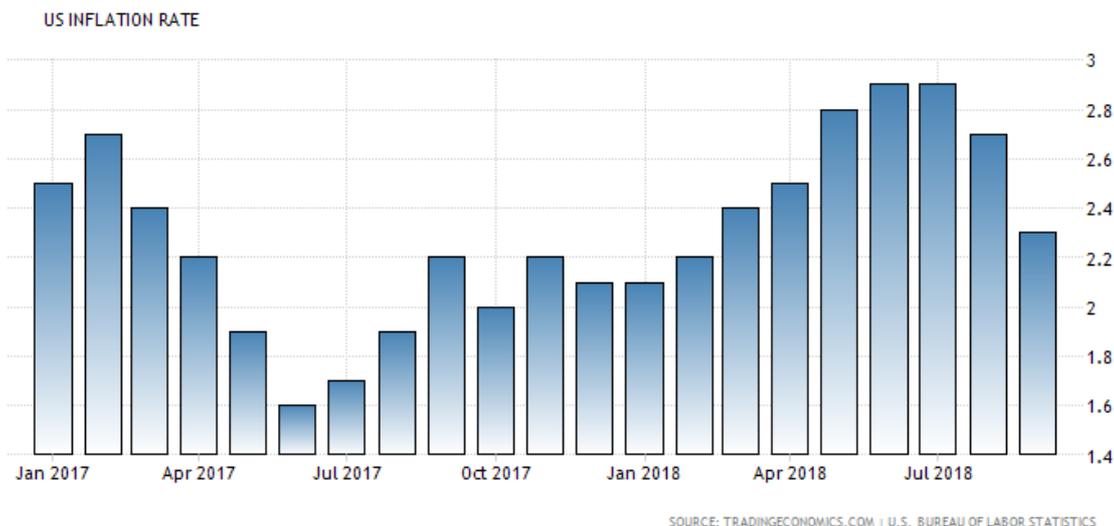


*FONTE: Dados do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos e Trading Economics*

A inflação anual nos EUA caiu para 2,3% em setembro de 2018, de 2,7% em agosto, e abaixo das expectativas de mercado de 2,4%. É a menor taxa de inflação em sete meses, principalmente devido a uma forte desaceleração nos preços do gás e a menores aumentos nos custos com combustível e abrigo. A taxa de inflação nos Estados Unidos teve uma média de 3,27% de 1914 até 2018, atingindo uma alta histórica de 23,70% em junho de 1920 e uma baixa recorde de -15,80% em junho de 1921, confirmou o <https://tradingeconomics.com/united-states/inflation-cpi>.

O Gráfico 3 expõe a taxa de inflação mensal dos Estados Unidos (de janeiro de 2017 a setembro de 2018). Observa-se que, após uma alta em junho de 2018, a tendência é de queda a partir de julho de 2018.

**Gráfico 3: Taxa de Inflação mensal – Estados Unidos (2017-2018)**



FONTE: Dados do Departamento do Comércio dos Estados Unidos e Trading Economics

**Gráfico 4: Zona do Euro – Taxa de Crescimento trimestral do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior (2015/2018)**



FONTE: Eurostat e Trading Economics

A economia da Zona do Euro cresceu 0,4 por cento no trimestre nos três meses até junho de 2018, não revisada a partir da segunda estimativa e do mesmo ritmo do período anterior, registrou o <https://tradingeconomics.com/euro-area/gdp-growth>. O investimento fixo e o consumo das famílias foram os principais impulsionadores do crescimento, enquanto a demanda externa líquida contribuiu negativamente para a expansão. A taxa de crescimento do PIB na Zona do Euro

alcançou a média de 0,39% de 1995 a 2018, atingindo uma alta histórica de 1,30% no segundo trimestre de 1997 e uma baixa recorde de -3% no primeiro trimestre de 2009.

A taxa de inflação anual da zona do euro, após uma queda até fevereiro de 2018. A partir de março deste ano, tem aumentado gradativamente, confirmando-se em 2,1% em setembro de 2018, ligeiramente acima de 2,0% no mês anterior. A principal pressão ascendente veio dos preços da energia e dos alimentos não processados. O Gráfico 5 mostra a taxa de inflação da zona do euro de outubro de 2017 a setembro de 2018.

**Gráfico 5: Taxa de Inflação trimestral na Zona do Euro (2017-2018)**



FONTE: Eurostat e Trading Economics

**Gráfico 6: Zona do Euro - Taxa de desemprego (2017-2018)**



FONTE: Eurostat e Trading Economics

A taxa de desemprego continua em queda, conforme exposto no Gráfico 6, com um patamar de 8,1% em agosto deste ano. A queda desse índice vem indicando o crescimento econômico na Zona do Euro.

Os dados da economia chinesa, referentes ao ano de 2019, mostram que o país vem apresentando uma leve desaceleração econômica nos últimos semestres, embora tenha mantido crescimentos muito acima da média global. O crescimento do PIB chinês no terceiro trimestre de 2018 foi de 1,6%; mantendo-se no mesmo patamar para o período seguinte.

**Tabela 1: Taxa de Crescimento do PIB – Previsão: 2018-2019**

	Último		Q4 / 18	1º / 19	Q2 / 19	3º trimestre / 19
Estados Unidos	4,20	Jun / 18	2,8	2,7	2,6	2,5
Área do Euro	0,40	Jun / 18	0,6	0,4	0,4	0,5
China	1,60	Set / 18	1,3	1,3	1,4	1,6
Japão	0,70	Jun / 18	0,7	0,3	0,3	0,3
Alemanha	0,50	Jun / 18	0,4	0,5	0,6	0,5
Reino Unido	0,40	Jun / 18	0,2	0,1	0,4	0,5
Índia	1,90	Jun / 18	1,7	1,8	1,5	1,4
França	0,20	Jun / 18	0,5	0,4	0,5	0,4
Brasil	0,20	Jun / 18	0,4	0,4	0,6	0,7
Itália	0,20	Jun / 18	0,4	0,3	0,5	0,4
Canadá	0,70	Jun / 18	0,4	0,5	0,6	0,6
Rússia	0,90	Jun / 18	0,5	0,4	0,4	0,2
Coreia do Sul	0,60	Set / 18	0,9	0,8	0,8	1
Austrália	0,90	Jun / 18	0,6	0,7	0,7	0,8
Espanha	0,60	Jun / 18	0,6	0,7	0,5	0,5
México	-0,20	Jun / 18	1	0,4	0,6	0,7
Indonésia	4,21	Jun / 18	-1,2	-0,3	3,4	2,6
Peru	0,90	Jun / 18	-0,7	0,7	0,5	0,5
Países Baixos	0,80	Jun / 18	0,4	0,6	0,6	0,5

Fonte: <https://tradingeconomics.com/forecast/gdp-growth-rate>

A Tabela 1 relaciona as taxas de crescimento do PIB segundo as expectativas de mercado. Os dados reúnem os países do G20.

### 7.1.2. CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO NACIONAL

Reunido nos últimos dias 18 e 19 de setembro, o COPOM (Comitê de Política Monetária) manteve a taxa básica de juros em 6,5%a.a.

O quadro abaixo reúne as Expectativas de Mercado, de acordo com a pesquisa Focus, do Banco Central, em 19 de outubro de 2018. Este é o cenário econômico que se apresenta no momento, com o IPCA em comportamento de leve alta, com a taxa de câmbio estável, mantendo-se abaixo do R\$ 4,00: em 2018 deverá fechar em R\$ 3,75 e, para 2019, o dólar será de R\$ 3,80.

BANCO CENTRAL DO BRASIL   Focus Relatório de Mercado												
Expectativas de Mercado												
Mediana - Agregado	2018						2019					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **		
IPCA (%)	4,28	4,43	4,44	▲ (6)	111	4,18	4,21	4,22	▲ (2)	104		
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	4,32	4,45	4,45	▲ (1)	52	4,19	4,19	4,20	▲ (1)	48		
PIB (% de crescimento)	1,35	1,34	1,34	▲ (2)	67	2,50	2,50	2,49	▼ (1)	64		
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,90	3,81	3,75	▼ (2)	99	3,80	3,80	3,80	▲ (1)	86		
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	6,50	6,50	6,50	▲ (21)	95	8,00	8,00	8,00	▲ (40)	79		
IGP-M (%)	8,86	9,92	9,84	▼ (1)	66	4,49	4,50	4,51	▲ (2)	60		
Preços Administrados (%)	7,50	7,84	7,90	▲ (6)	29	4,80	4,80	4,80	▲ (6)	29		
Produção Industrial (% de crescimento)	2,78	2,67	2,67	▲ (1)	17	3,00	3,00	3,00	▲ (5)	16		
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-18,00	-18,00	-18,00	▲ (5)	24	-31,00	-31,70	-30,00	▲ (1)	23		
Balança Comercial (US\$ bilhões)	55,00	55,00	55,25	▲ (1)	26	47,00	45,50	46,00	▲ (1)	25		
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	67,00	68,00	67,00	▼ (1)	23	75,30	75,65	70,00	▼ (2)	22		
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,32	54,20	54,00	▼ (2)	19	57,90	57,80	56,90	▼ (3)	19		
Resultado Primário (% do PIB)	-2,03	-1,90	-1,90	▲ (1)	25	-1,50	-1,50	-1,50	▲ (6)	25		
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,40	-7,30	-7,20	▲ (2)	17	-6,80	-6,80	-6,80	▲ (5)	17		

A taxa de juros Selic deverá fechar 2018 em 6,5%, mas com expectativas de alta para 2019, devendo chegar a 8%. O saldo da balança comercial fechará positiva em US\$ 55,25 bilhões, mas a previsão para 2019 aponta uma queda, podendo chegar a um saldo negativo de US\$ 46 bilhões.

A taxa de inflação no Brasil, medido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de novembro, divulgado pelo IBGE em 05/10, foi de 0,48%, resultando em um acumulado no ano de 3,34%, o maior índice do mês de setembro desde 2015. O acumulado do ano segue abaixo do centro da meta da inflação (4,5% a.a.). A tolerância é de 1,5pp para cima ou para baixo. Em agosto, a taxa registrada foi negativa de 0,09%. Em setembro de 2017, a taxa atingida foi 0,16%. O Gráfico 7 expõe

o IPCA acumulado do mês nos últimos doze meses. Segundo o IBGE, ano a ano, os preços subiram mais rápido para alimentos e bebidas não alcoólicas (2,68% em comparação a 2,15%); transportes (6,93% face a 5,98% em agosto), nomeadamente combustíveis (17,69% face a 15,13%); habitação (7,8% em comparação com 7,28%), e ainda eletricidade (20,37% ante 16,85%); e educação (5,27% em comparação com 5,06%). Na contramão, a inflação diminuiu para vestuário e calçados (1,22% ante 1,52%); saúde e cuidados pessoais (5,39% em comparação com 5,44%); bens domésticos (1,07% em comparação com 1,1%); e comunicações (0,41% comparado a 0,97%), diz o relatório de <https://tradingeconomics.com/brazil/inflation-cpi>.

**Gráfico 7: Previsão IPCA Acumulado – Últimos 12 meses**

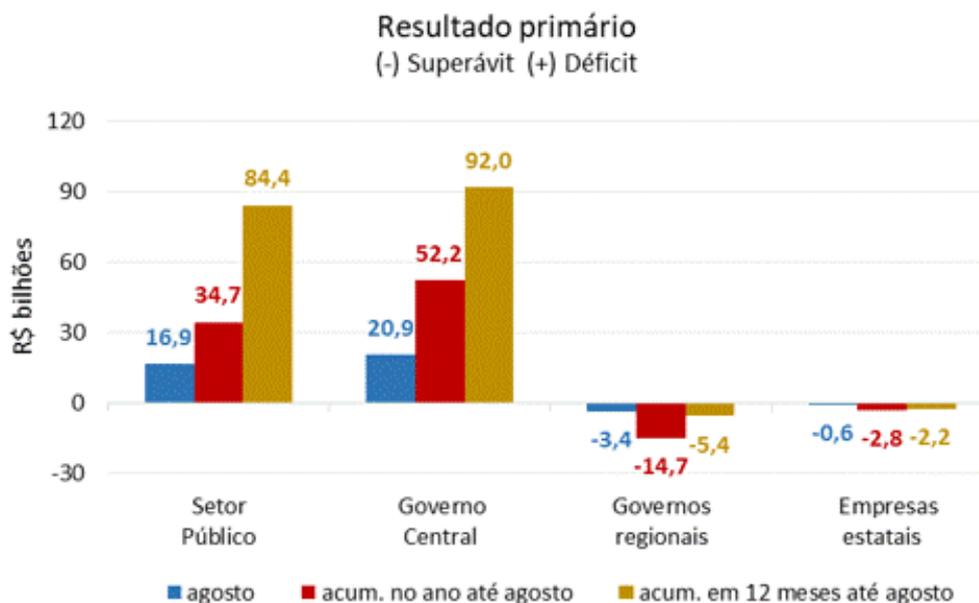


FONTE: Trading Economics

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$16,9 bilhões em agosto deste ano. As contas do Governo Central foram deficitárias em R\$ 20,9 bilhões. Os governos regionais e as empresas estatais foram superavitárias em R\$3,4 bilhões e R\$ 592 milhões, respectivamente. Considerando o acumulado do ano, o Setor Público chega a um déficit de R\$ 34,7 bilhões e o governo Central totalizou R\$ 52,2 bilhões. Os dados estão ilustrados no Gráfico 8.

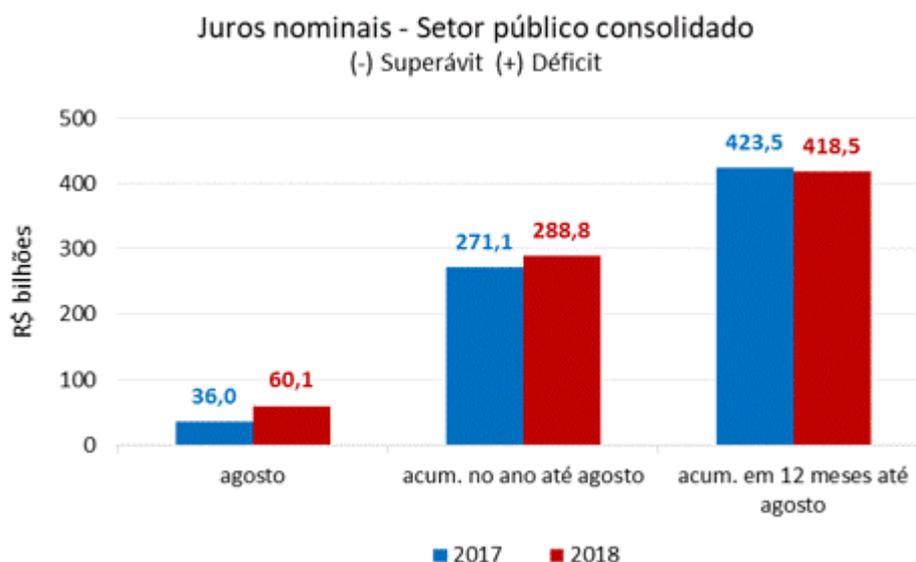
O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$76,9 bilhões em agosto. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$503 bilhões (7,45% do PIB), elevando-se 0,42 pp do PIB em relação ao déficit acumulado no mês anterior.

**Gráfico 8: Brasil: Resultado Primário dos últimos doze meses**



FONTE: Banco Central, Nota para a Imprensa, 28/09/2018 (<https://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.asp>)

**Gráfico 9: Brasil: Juros Nominais – Setor Público Consolidado**



FONTE: Banco Central, Nota para a Imprensa, 28/09/2018 (<https://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.asp>)

Apesar de ser 2018 um ano de eleições presidenciais, o que poderia influenciar o cenário econômico do país, a tendência é a dissociação da política e da economia, segundo alguns analistas. O FMI, em reunião anual com o Banco Mundial em Bali, Indonésia, em 08/09/2018, estimou as previsões para o crescimento do Brasil em 1,4% em 2018 e 2,4% em 2019, segundo o documento

perspectiva Econômica Mundial, sob o título “Desafios para crescimento constante”. Analistas ressaltam que o país está numa rota de recuperação, com alta do PIB de 1,0% em 2017, após ter passado por uma recessão de 2015 a 2016. No entanto, a retomada do crescimento de países emergentes como o Brasil sofrem efeitos do processo de normalização da política monetária dos EUA, e a expectativa é que somente ultrapasse os 2% ao ano nos próximos anos.

## 6.2. ANÁLISE SETORIAL PARA INVESTIMENTOS

Para construção do cenário econômico brasileiro, visando à análise setorial dos investimentos (cenário base), utilizaremos as projeções divulgadas pelo sistema de expectativas de mercado do Banco Central do Brasil (base estatística utilizada pelo Focus – Relatório de Mercado).

Com base nos cenários econômicos acima expostos, e ainda considerando a mediana das expectativas de mercado para o IPCA, conforme mostra a Tabela 1, temos que a meta atuarial (IPCA + 6%a.a.) do CORONELPREV no exercício de 2018 será de 10,22%, dada a expectativa de inflação de 4,22%, pelo IPCA.

Assim, partindo do cenário base apresentado e considerando as informações das expectativas de mercado para os principais agregados macroeconômicos, passamos a projetar a rentabilidade dos principais investimentos nos segmentos de renda fixa e variável permitidos pela legislação que regem as aplicações financeiras dos Regimes Próprios de Previdência Social.

**Tabela 2:** Expectativas de mercado para o IPCA e cálculo da meta atuarial - Variação % para 2018 e 2019

Mediana – Agregado	2018 (Expectativa atual)	2019
IPCA (%)	4,44	4,22
META ATUARIAL (IPAC + 6%)	10,44	10,22

FONTE: Banco Central do Brasil - Sistema de Expectativas de Mercado

### 7.2.1. PROJEÇÕES PARA RENDA FIXA

Projetaremos para o segmento de renda fixa, a rentabilidade dos títulos públicos federais no ano de 2019, tendo em vista que a maioria das carteiras dos fundos de renda fixa passíveis de aplicação pelo CORONELPREV são formadas por estes títulos públicos.

Dessa maneira, através da projeção da rentabilidade das NTN-B's, LFT's e LTN's, analisaremos o provável desempenho dos principais subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA),

por traduzirem o comportamento desses títulos públicos e servirem como indexadores de desempenho para a maior parte dos fundos de investimentos do CORONELPREV.

Partindo do cenário econômico adotado pelo CORONELPREV, onde temos a taxa Selic praticada em 6,5% a.a. em 2018, numa expectativa de mercado em que deverá subir para 8% em 2019, e uma taxa de inflação oficial de 4,22% (IPCA), a tabela abaixo apresenta o provável rendimento das LFT's (que são indexadas à taxa Selic) no ano de 2019:

**Tabela 3:** *Provável desempenho das Letras Financeiras do Tesouro – LFT em 2018 e 2019*

	2018	2019
<b>Meta Selic Final do Período</b>	6,5%	8%
<b>Meta Selic Média do Período</b>	6,5%	7,75%
<b>Taxa Selic Efetiva Média do Período*</b>	6,5%	7,75%
<b>IPCA</b>	4,44%	4,22%
<b>Rendimento Real das LFT'S</b>	6,5%	3,2%

\* Projeção do CORONELPREV

Pela análise da tabela acima, percebemos que as LFT's devem auferir um rendimento real de 3,2% acima da inflação, em 2017. Ao descontar da rentabilidade nominal da LFT (6,75%) a taxa de inflação pelo IPCA (indexador da meta atuarial do CORONELPREV), temos uma rentabilidade real de 2,53% (IPCA + 2,53%), ficando abaixo da meta atuarial do Instituto (IPCA + 6%).

Da mesma forma, concluímos que os fundos indexados em CDI (amparados no Art. 7º, IV da Resolução 3922/10 do BACEN) e os fundos que possuem o IRF-M 1 como indicador de desempenho (formados por LTN's e NTN-F's de curto prazo, que possuem rentabilidade próxima a das LFT's) devem obter rentabilidade semelhante ao das LFT'S, e, como possibilidade de alocação para o atingimento da meta atuarial no ano de 2018, não serão suficientes para se atingir a meta atuarial estabelecida.

A Tabela 4 apresenta os indicadores de rentabilidade para 12 meses em três cenários distintos. Baseado no cenário econômico atual, foi criado o "cenário realista", onde os índices IRF-M1 e CDI apresentam uma rentabilidade próxima um do outro (menor que 11%). Os índices dos grupos "IDKA" e "IMA" tendem a obter uma rentabilidade maior que 9%, ultrapassando até os 16%. Se formos menos realista e tendermos para um "cenário otimista",

**Tabela 4: Indicadores e Volatilidade em Três Cenários Distintos**

INDICADOR	RENTABILIDADE 12 MESES (%)		
	Cenário Otimista	Cenário Realista	Cenário Pessimista
IRF-M1	17,47	10,21	3,11
CDI	17,63	10,64	2,66
IBOVESPA	114,48	3,93	-53,21
IDKA 20A	109,61	10,22	-85,56
IDKA IPCA 2A	26,36	12,34	-6,57
IDKA IPCA 3A	28,70	13,55	0,86
IDKA IPCA 5A	36,18	13,63	-6,18
IFIX	29,09	5,53	-11,06
IMA GERAL	29,82	11,84	-17,15
IMA-B	41,56	12,74	-38,31
IMA-B 5	26,49	11,66	-8,19
IMA-B 5+	55,78	13,21	-54,93
IMA S	16,15	9,91	3,43
INPC	16,43	6,19	-3,07

FONTE: <https://www.onfinance.com.br/carteira/cenarios> (Baseado no cenário econômico atual e nos indicadores AMBIMA)

#### 7.2.2. PROJEÇÕES PARA RENDA VARIÁVEL

Na renda variável, acreditamos que em 2019 deva permanecer com uma exposição reduzida, pois de acordo com nosso cenário econômico, supra apresentado, apesar da volta do crescimento da economia do país, não há uma percepção de significativa melhora nos fundamentos macroeconômicos que justifique uma elevação do risco da carteira no curto/médio prazos. Dessa forma, os Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas. Outro fator de que pode aumentar o risco/volatilidade da renda variável diz respeito à política externa dos Estados Unidos, que permanece incerta.

Nesse sentido, a estratégia de investimentos em renda variável do CORONELPREV em 2019 deverá ser reavaliada de forma periódica de modo a acompanhar a evolução política e econômica dos cenários nacionais e internacionais e aproveitar momentos de oportunidades que possam vir a existir.

## 8. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL

### 8.1. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os gestores de recursos financeiros e as corretoras de valores devem ser selecionados dentro do respectivo procedimento legal dos Regimes Próprios de Previdência Social e devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 20 da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Como o CORONELPREV optou por gestão própria, o Ministério da Previdência Social estipulou através da Portaria n. 519/2011 e alterações dadas pelas Portarias MPS nº 170, de 25 de abril de 2012 e MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, que as instituições que receberão aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social sejam submetidas a procedimento de prévio credenciamento, sob o atesto de seu responsável técnico.

Os critérios para seleção e credenciamento são, portanto, balizas específicas de procedimentos de seleção das instituições que receberão recursos do Instituto para a consecução da Política de Investimentos, que devem obedecer às normativas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social e as normas gerais estabelecidas nesta Política de Investimentos.

A análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em **Termo de Análise de Credenciamento**, cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS no endereço eletrônico do Ministério da Previdência Social – MPS, na rede mundial de computadores – Internet.

A decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de **Atestado de Credenciamento**, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores – Internet. O Atesto de Credenciamento será assinado pela Diretoria do CORONELPREV.

Assim, os principais requisitos para credenciamento a serem observados pela Instituição Financeira recebedora de recursos financeiros do CORONELPREV, entre outros constantes no Termo

de Análise de Credenciamento, que serão formalmente atestados pela Diretoria do CORONELPREV são:

- 1) Ser Instituição Financeira Pública (Banco não privado);
- 2) Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- 3) Elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- 4) Regularidade fiscal e previdenciária;

Quando a aplicação de recursos financeiros se der através da aquisição de cotas de fundos de investimentos, também deverá ser realizado o credenciamento do Administrador e do Gestor do fundo de investimento, devendo o respectivo fundo de investimento ser comercializado por Instituição financeira pública devidamente credenciada no CORONELPREV, observados os seguintes pontos:

- 1) Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- 2) Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- 3) Avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Deverá ser realizada, também, a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores - Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado,

poderão ser mantidos pelo CORONELPREV por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPPS e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados.

A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada seis meses.

## 8.2. CONTROLE DE RISCOS

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno. Entre os principais fatores de risco podemos destacar:

- **Risco de mercado** – corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras na condição de mercado, tais como os preços de um ativo, taxas de juros, volatilidade de mercado e liquidez; o risco de mercado está ligado às oscilações do mercado financeiro;
- **Risco de crédito** – é o mais tradicional no mercado financeiro e corresponde a “possibilidade de uma obrigação (principal e juros) não vir a ser honrada pelo emissor/contraparte, na data e nas condições negociadas e contratadas”;
- **Risco de liquidez** – é resultante da ocorrência de desequilíbrios entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis, ou seja, o “descasamento” entre os pagamentos e recebimentos. Esta situação afeta a capacidade de pagamento da instituição

Para minimizar tais riscos, o CORONELPREV fará o controle de riscos dos investimentos através do acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, analisando as informações disponíveis sobre os ativos da carteira do Instituto. Ademais, o CORONELPREV somente poderá aplicar recursos em fundos de investimentos cujos papéis integrantes de suas carteiras sejam classificados por agência classificadora de risco em funcionamento no País como de baixo risco de crédito.

Adotando-se o “*VaR – Value-at-Risk*” para controle do risco de mercado, se utilizará os seguintes parâmetros para cálculo de risco: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), e horizonte temporal de 21 dias úteis.

O controle do risco de crédito seguirá a avaliação das principais agências de rating como: Standard & Poor’s, Moody’s, Fitch, Austin Rating, SR Rating, Liberum Rating e LF Rating,

### 8.3. DIRETRIZES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

#### 8.3.1. METODOLOGIA DE ALOCAÇÃO

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos permitidos pela legislação em vigor foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para o ano de 2019, conforme os cenários e as projeções apresentadas no item 7 desta política.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

A metodologia de investimento prevê a diversificação, tanto no nível de classe de ativos da renda fixa e renda variável, quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando igualmente, otimizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Em outras palavras, o que se pretende é a conjunção estratégica entre os diversos investimentos permitidos pela legislação e o cenário projetado para os investimentos em 2018.

#### 8.3.1.1. CRITÉRIOS PARA APLICAÇÕES

Na aplicação dos recursos do Instituto em títulos e valores mobiliários, além de obedecer ao disposto na Resolução 3922/2010 do Banco Central, os responsáveis pela gestão dos investimentos devem aplicar e observar todos os critérios estabelecidos nesta Política de Investimento, adotando elevado padrão técnico e transparência como referência antes do efetivo fechamento da operação,

bem como deverão zelar pela eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações.

As aplicações em fundos de investimentos nos quais incidam taxa de performance, conforme disposto na Portaria nº 519/2011 do Ministério da Previdência, em seu Artigo 3º, Inciso VII, além da regulamentação emanada dos órgãos competentes, deverão obedecer, no mínimo, os seguintes critérios: a) que o pagamento tenha a periodicidade mínima semestral ou que seja feito no resgate da aplicação; b) que o resultado da aplicação da carteira ou do fundo de investimento supere a valorização do índice de referência; c) que a cobrança seja feita somente depois da dedução das despesas decorrentes da aplicação dos recursos, inclusive da taxa de administração; e d) que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimento do fundo e com os títulos que efetivamente o componha.

As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do (a) Diretor (a) Presidente do CORONELPREV, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do Instituto.

Conforme previsto na Portaria nº 65, de 26 de fevereiro de 2014, do Ministério da Previdência Social, os valores aplicados em cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos (“marcação na curva de juros”), desde que comprovada a aderência às obrigações do passivo do CORONELPREV e que os respectivos regulamentos atendam cumulativamente aos seguintes parâmetros:

- I As carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
- II Existência de previsão de que as carteiras dos fundos de investimento sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
- III Estabelecimento de prazos de desinvestimento ou para conversão de cotas compatíveis com o vencimento das séries dos títulos integrantes de suas carteiras; e
- IV Inexistência, na política de investimento do fundo de investimento, de previsão de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado.

Ainda, de acordo com a referida Portaria nº 65, as aplicações do RPPS, dentro dos limites previstos na Resolução 3922, do Banco Central do Brasil, em cotas de fundos de investimento, cujas políticas de investimento assumam o compromisso de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado, sujeitam-se à demonstração, por parte do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, que a carteira de investimento desses fundos seja aderente ao compromisso estabelecido. E as aplicações em fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas, exclusivamente ou não, por cotas de outros fundos de investimento sujeitam-se à demonstração, por parte do responsável pela gestão dos recursos do RPPS, da manutenção, por estes fundos, das mesmas composições, limites e garantias exigidos para os fundos de investimento em que foram aplicados diretamente os recursos do RPPS.

Todas as aplicações dos recursos previdenciários do CORONELPREV deverão ser acompanhadas do formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social.

#### 8.3.1.1. CRITÉRIOS PARA RESGATES

O resgate das cotas dos fundos de investimento será realizado nas seguintes hipóteses: a) quando apresentarem desempenho inferior ao mercado; b) alteração do regulamento que venha a gerar um desacordo com os termos da Resolução nº 3922/2010, do Banco Central do Brasil, ou desta Política de Investimento; c) no caso em que, na composição de sua carteira, constem ativos considerados inadequados pela administração do CORONELPREV, ou que os ativos que compõe a carteira não sejam aderentes ao índice ou subíndice de mercado ao qual assumiu o compromisso de buscar; d) sempre que conveniente, caso ocorra uma reavaliação da estratégia de investimento pelo Comitê de Investimento, com a aprovação da Diretoria;

Todos os resgates dos recursos previdenciários do CORONELPREV deverão ser acompanhados do formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social.

### 8.3.2. ATOS ELEGÍVEIS

Serão considerados ativos elegíveis para os segmentos de renda fixa e renda variável, os títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação vigente aplicável aos Regimes Próprios de Previdência.

Deverão ser observados os limites e categorias de fundos dos segmentos definidos na Resolução 3.922/2010 e alterações, e ainda observar quanto ao vencimento dos títulos públicos o equilíbrio entre a necessidade de custeio do passivo e a liquidez do ativo, tendo como referência o cálculo atuarial.

### 8.3.3. VEDAÇÕES

Em observância à legislação e a esta Política de Investimentos, é vedado ao CORONELPREV a realização dos seguintes investimentos: a) Aplicar recursos no segmento de imóveis, como previsto no Artigo 9º da Resolução BACEN nº 3.922/2010; b) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos cuja atuação em mercados derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; c) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que o ente federativo como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma; d) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados; e) Praticar operações denominadas *daytrade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociação de títulos públicos federais realizados diretamente pelo regime próprio de previdência social; e f) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010.

### 8.3.4. PROPOSTA DE ALOCAÇÃO

Diante do exposto, fica aprovada a planilha de alocação, conforme as possibilidades de aplicação previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, como segue:

**Tabela 5: Proposta de Alocação Estratégica para 2019**

Renda Fixa	Limite Resolução 3922/2010	Estratégia de Alocação Política de Investimento de 2018		
		Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Títulos Tesouro Nacional (Selic) - Art. 7º I, "a"	100%	0%	0%	0%
FI 100% títulos TN – Art. 7º, I, "b"	100%	60%	90%	100%
ETF – 100% Títulos Públicos – Art 7º, I, "c"	100%	0%	0%	0%
Operações Compromissadas TPF – Art. 7º, II	5%	0%	0%	0%
FI Renda Fixa / Ref. em RF IMA ou IDKA (e seus subíndices) – Art. 7º, III, "a".	60%	0%	0%	60%
FI de Índices Referenciados em RF / Subíndices ANBIMA – Art 7º, III, "b"	60%	0%	0%	20%
FI de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "a"	40%	0%	0%	30%
Fundos de Índices de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "b"	40%	0%	0%	0%
Letras Imobiliárias Garantidas – Art 7º, V, "b"	20%	0%	0%	0%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) – Art. 7º, VI, "a"	15%	0%	0%	0%
Poupança – Art. 7º, VI, "b"	15%	0%	0%	0%
FI em Direitos Creditórios – Cota Sênior – Fechado – Art. 7º, VII, "a"	5%	0%	0%	5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – Art. 7º, VII, "b"	5%	0%	0%	5%
FI Debêntures de infraestrutura – Art. 7º, VII, "c"	5%	0%	0%	5%
Renda Variável	Limite da Resolução 3922/2010	Estratégia de Alocação Política de Investimento de 2018		
		Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
FI de Ações – Índice c/ no mínimo 50 ações – Art. 8º, I, "a"	30%	0%	0%	20%
ETF – Índice de Ações (c/ no mínimo 50) – Art. 8º, I, "b"	30%	0%	0%	20%
FI de Ações – Geral – Art. 8º, II, "a"	20%	0%	0%	10%
ETF – Demais Índices de Ações – Art. 8º, II, "b"	20%	0%	0%	10%
FI multimercado – aberto – Art. 8º, III	10%	0%	0%	10%
FI em Participações – Art. 8º, IV, "a"	5%	0%	0%	5%
FI Imobiliários – Art. 8º, IV, "b"	5%	0%	0%	5%

**Tabela 6: Proposta de Alocação Estratégica para os próximos 5 anos**

Renda Fixa	Limite da Resolução 3922/2010	Estratégia de Alocação Próximos Cinco Anos	
		Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Títulos Tesouro Nacional (Selic) - Art. 7º I, "a"	100%	0%	0%
FI 100% títulos TN – Art. 7º, I, "b"	100%	0%	100%
ETF – 100% Títulos Públicos – Art 7º, I, "c"	100%	0%	0%
Operações Compromissadas TPF – Art. 7º, II	5%	0%	0%
FI Renda Fixa / Ref. em RF IMA ou IDkA (e seus subíndices) – Art. 7º, III, "a".	60%	0%	60%
FI de Índices Referenciados em RF / Subíndices ANBIMA – Art 7º, III, "b"	60%	0%	0%
FI de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "a"	40%	0%	30%
Fundos de Índices de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "b"	40%	0%	0%
Letras Imobiliárias Garantidas – Art 7º, V, "b"	20%	0%	0%
Certificado de Depósito Bancário (CDB) – Art. 7º, VI, "a"	15%	0%	0%
Poupança – Art. 7º, VI, "b"	15%	0%	0%
FI em Direitos Creditórios – Cota Sênior – Fechado – Art. 7º, VII, "a"	5%	0%	5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – Art. 7º, VII, "b"	5%	0%	5%
FI Debêntures de infraestrutura – Art. 7º, VII, "c"	5%	0%	5%
Renda Variável	Limite da Resolução 3922/2010	Estratégia de Alocação Próximos Cinco Anos	
		Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
FI de Ações – Índice c/ no mínimo 50 ações – Art. 8º, I, "a"	30%	0%	20%
ETF – Índice de Ações (c/ no mínimo 50) – Art. 8º, I, "b"	30%	0%	20%
FI de Ações – Geral – Art. 8º, II, "a"	20%	0%	10%
ETF – Demais Índices de Ações – Art. 8º, II, "b"	20%	0%	10%
FI multimercado – aberto – Art. 8º, III	10%	0%	10%
FI em Participações – Art. 8º, IV, "a"	5%	0%	5%
FI Imobiliários – Art. 8º, IV, "b"	5%	0%	5%

#### 8.4. RELATÓRIOS GERENCIAIS DE ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

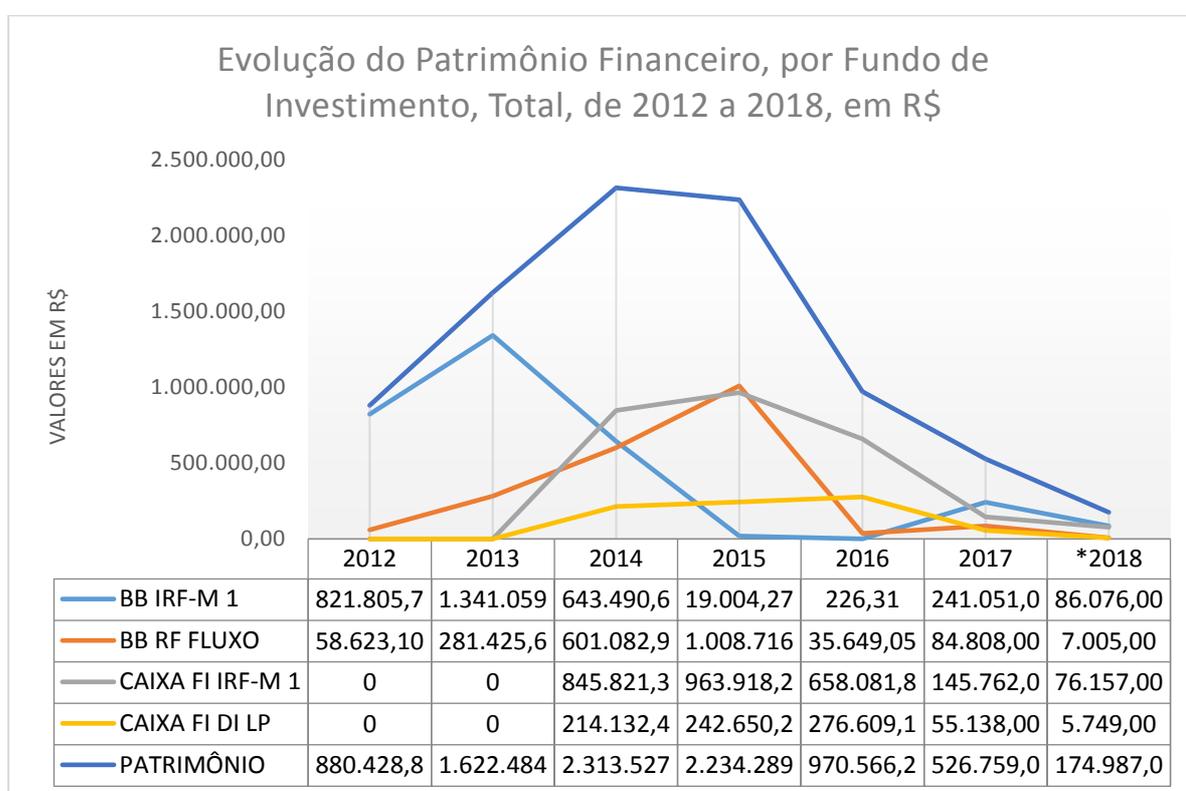
Para garantir a transparência e o acompanhamento da gestão financeira dos recursos financeiros, o responsável pela gestão dos recursos elaborará mensalmente relatórios detalhados sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do CORONELPREV e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões, e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle.

## 9. PATRIMÔNIO ADMINISTRÁVEL

Em dezembro de 2014, o Fundo de Previdência teve sua maior aplicação financeira no valor de R\$ 2.313.527,00. Ao longo dos anos, diante das irregularidades de repasses previdenciários do Ente Municipal ao Fundo, bem como o aumento das concessões de benefícios previdenciários, o patrimônio líquido tem sofrido significativas quedas, chegando a apenas R\$ 174.987,00 em setembro de 2018, tendo a possibilidade clara de zerar o patrimônio antes do final do ano de 2018.

A evolução do patrimônio financeiro da previdência do CORONELPREV está ilustrada no gráfico abaixo, do ano de 2012 a 2018, conforme relatórios dos meses de dezembro de cada ano.

**Gráfico 10:** Evolução do Patrimônio Financeiro dos Recursos Previdenciários (2012-2018)



O Fundo de Previdência Municipal foi criado em outubro de 2010, recebendo repasse previdenciário a partir da competência de fevereiro de 2011. Para a elaboração deste relatório, não dispusemos de dados sobre os recursos financeiros no ano de 2011. Os valores indicados de 2012 a 2017 são referentes aos saldos de dezembro de cada ano. Para este ano de 2018, o saldo refere-se ao mês de setembro. Até 2013, os recursos foram aplicados em Fundos administrados pelo Banco do Brasil. A partir de 2014, as aplicações também foram feitas na Caixa Econômica Federal.

O déficit previdenciário (o pagamento de benefícios é maior que a arrecadação previdenciária) é motivo principal da queda do patrimônio do Instituto nos anos de 2017 e 2018. A apuração das irregularidades dos repasses previdenciários retroagindo-se até o ano de 2013 verificou que o parcelamento acordado em 2013 não teve nenhuma parcela paga; o valor atualizado é de R\$ 1,24 milhão. Também foi verificado que o Município tem uma dívida previdenciária, por repasses feitos com alíquotas patronais menores e por irregularidades dos repasses, no valor de mais de R\$ 4,1 milhões, sem as devidas correções monetárias. Somando-se ambos os valores, a dívida previdenciária do Município ultrapassa os R\$ 5,5 milhões.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Política de Investimentos do CORONELPREV – Instituto de Previdência do Município de coronel João Pessoa – foi elaborada pelo servidor Gerson Lopes Morais.

As informações contidas na presente Política de Investimentos, bem como suas revisões, serão divulgadas pela Diretoria Executiva, no prazo de trinta dias contados da data de sua aprovação, através de meio eletrônico, na página do Instituto na internet: [www.coronelprev.com.br](http://www.coronelprev.com.br) e por meio impresso

Coronel João Pessoa – RN, 29 de outubro de 2018.

Conselheiros:

Aeldomar Dantas de Lira – Presidente

Maria Zilar de Amorim Lima – Secretária

Adi Helder Alves de Souza – Membro titular

Jaciro Caboclo da Silva – Membro titular

Maria das Graças de Carvalho – Membro titular

Bonfim Bezerra de Araujo – Membro titular

Vera Lucia Augusta de Souza – Membro titular

Maria Narcisa de Souza – Membro titular

Alyson Miclérison da Silva Lopes – Membro titular

Marla Eloides Xavier da Silva Morais – Membro suplente

Rafael Carvalho Moreno – Membro suplente

José Severiano de Figueiredo Maia Junior – Membro suplente

Marinete de Souza Neves – Membro suplente

Josefa Juselene de Bessa Nunes – Membro suplente

Raimunda Jacinta Nogueira – Membro suplente

Raimunda Augusta da Silva – Membro suplente